ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Aos dez (10) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (2025), às nove horas e trinta e sete minutos (9h37), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Sessão Ordinária, no Plenário Teotônio Vilela, sob a Presidência da vereadora Andreia Rezende, secretariada por Jean Carlos, José Fernandes, Professor Marcos, Ananias Júnior e Reamilton do Autismo. Estiveram presentes ainda: Leitão do Sindicato, Alex Martins, Cabo Fred Caixeta, Capitã Elizete, Carlim da Feira, Cleide Hilário, Divino Antônio Santa Cruz, Domingos Paula de Souza, Frederico Godoy, Jakson Charles, Jean Carlos, João da Luz, Luzimar Silva, Rimet Jules, Seliane da SOS, Policial Federal Suender, Thaís Souza e Wederson Lopes. Realizada a verificação dos presentes, foi constatado quórum suficiente, e a senhora presidente declarou aberta a Sessão. - **PEQUENO EXPEDIENTE:** A senhora presidente solicitou ao vereador Policial Federal Suender que fizesse a leitura do texto bíblico. Também solicitou ao senhor primeiro secretário, vereador Jean Carlos, que fizesse a leitura da Síntese da Ata da Sessão anterior. A ata completa foi colocada à disposição dos senhores e senhoras vereadores e aprovada. Foi lido projeto e encaminhado às Comissões: **1- Projeto de Lei Ordinária 38/2025,** de autoria do vereador Policial Federal Suender. Dispõe sobre a vedação de execução de músicas e videoclipes com letras e coreografias que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares da rede de ensino do Município de Anápolis, e estabelece outras providências. - Usaram a palavra: POLICIAL FEDERAL SUENDER: Cumprimentou os presentes e explicou que subia à tribuna para tratar de dois temas principais. Primeiramente, relatou sua participação no evento de criação e lançamento da Frente Goiana de Vereadores de Direita, ocorrido em sete de julho, na Câmara Municipal de Goiânia, idealizado pelo vereador Major Vitor Hugo. Explicou que a iniciativa visava unir vereadores alinhados à direita e centro-direita no estado de Goiás, com a intenção de expandi-la para outros estados. Em seguida,

abordou o Projeto de Lei Ordinária 6, em tramitação na Câmara Municipal, que propunha a criação de políticas públicas voltadas à reintegração social de pessoas em situação de rua, garantindo oportunidades de trabalho por meio da priorização da contratação dessas pessoas por empresas prestadoras de serviços ao município de Anápolis. Por fim, solicitou uma análise criteriosa do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que fosse discutido em plenário e contribuísse para a construção de uma cidade mais justa e organizada. - FREDERICO GODOY: Cumprimentou os presentes e disse que pretendia abordar a situação da Maternidade Doutor Adalberto. Relatou que já havia solicitado ao prefeito a renovação do contrato da unidade e que este se mostrou solícito à demanda. Reforçou a importância da atuação da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, especialmente do seu presidente, para que a questão fosse priorizada. Destacou o trabalho do médico Doutor Olegário, que há muitos anos atuava na maternidade, e mencionou que a unidade já havia realizado mais de cem mil partos. Ressaltou ainda que, na gestão passada, houve um esforço conjunto para destinar emendas impositivas ao local, solicitando que os vereadores continuassem essa mobilização e que o prefeito garantisse a destinação dos recursos aprovados. Por fim, enfatizou a urgência da situação, afirmando que os profissionais da maternidade não podiam mais aguardar pela resolução do problema e conclamou os vereadores a intensificarem a cobrança junto ao Executivo Municipal. - PROFESSOR MARCOS: Cumprimentou os presentes e destacou a importância da votação do projeto que atualizava o piso salarial e o reajuste dos professores da rede municipal de ensino. Mencionou que Anápolis possuía mais de cento e oito escolas municipais e que os professores, por meio de sua dedicação, construíam a melhor rede municipal do estado de Goiás. Afirmou que a atualização do piso era uma luta histórica e um direito garantido por lei federal, enquanto o reajuste salarial, respeitando a data-base, representava um avanço significativo. Enfatizou ainda outros desafios, como progressões e titularidades, além da necessidade de mais transparência nos processos administrativos.

Afirmou que continuaria a luta por convênios que possibilitassem a realização de mestrados em parceria com instituições de ensino, como o Instituto Federal e a Universidade Estadual de Goiás. Reconheceu a participação ativa do sindicato na construção da proposta e elogiou a postura equilibrada do poder executivo ao aceitar cumprir o reajuste conforme previsto em lei. Finalizou reafirmando seu compromisso com a educação pública municipal, estadual e privada, reforçando a visão de que a educação não era uma despesa, mas um investimento com retorno garantido para a sociedade. - WEDERSON LOPES: Cumprimentou os presentes e expressou agradecimento aos vereadores que integravam a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, destacando sua eleição como presidente na manhã do referido dia. Informou que a primeira reunião da comissão resultou na deliberação do projeto referente à data-base dos professores, enfatizando a importância da medida e a articulação entre o executivo, o legislativo e o sindicato. Além disso, abordou a recente divulgação de dados da Defesa Civil, que indicavam um aumento de cinquenta por cento no volume de chuvas em Anápolis ao longo dos últimos anos. Ressaltou que, apesar do crescimento do índice pluviométrico, não foram registrados alagamentos em áreas historicamente afetadas, o que atribuiu a ações pontuais de drenagem e à implementação de soluções baseadas na natureza, como jardins de chuva. Destacou a existência de um plano de macrodrenagem contratado e entregue na gestão anterior, reforçando o compromisso do atual prefeito e do secretário responsável em dar continuidade à sua execução. Chamou atenção para a necessidade de ampliação dessas medidas, visto que diversos bairros da cidade ainda careciam de infraestrutura adequada para drenagem pluvial. Apontou como exemplos os bairros Morumbi, Jardim Itália e Parque Brasília, que apresentavam deficiências significativas nesse aspecto. Defendeu a aplicação de estratégias como bacias de contenção e *swales* para reduzir a sobrecarga nas galerias pluviais e prevenir rompimentos e alagamentos. Por fim, solicitou que o plano de macrodrenagem, atualmente sob responsabilidade da Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Serviços

Urbanos, fosse encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e acompanhamento. - **GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram a palavra: LEITÃO DO SINDICATO: Cumprimentou os presentes e iniciou sua fala apresentando um breve relato sobre sua trajetória pessoal e profissional, destacando seu nome, Adenilson Coelho de Sousa, conhecido como Leitão, sua experiência de mais de trinta anos no Distrito Agroindustrial de Anápolis e sua atuação na Caoa Montadora há catorze anos. Ressaltou sua formação técnica e tecnológica pelo Senai e expressou gratidão pela oportunidade de integrar a vigésima legislatura da cidade de Anápolis. Afirmou seu compromisso com toda a população do município, enfatizando que sua atuação não se restringiria aos eleitores que o elegeram, mas a todos os cidadãos. Em seguida, manifestou sua indignação em relação à inércia do governo estadual na execução do anel viário, ressaltando que a obra estava sendo prometida há quatro anos, sem avanços concretos, prejudicando trabalhadores e moradores da região. Relatou sua visita ao local, onde constatou a presença de apenas uma máquina realizando atividades pontuais. Criticou a justificativa de que a obra não avançava devido ao período chuvoso, argumentando que a cidade enfrentava chuvas há anos e que essa explicação não era plausível. Convocou seus colegas parlamentares a se unirem em prol da concretização dessa demanda, destacando que Anápolis possuía quatro deputados estaduais e vinte e três vereadores, sendo inadmissível a falta de mobilização para solucionar a questão. Mencionou, ainda, os transtornos enfrentados pela população devido à precariedade da infraestrutura viária, como acidentes envolvendo motociclistas e danos a veículos. Por fim, denunciou a falta de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego) e do município em relação à manutenção do Distrito Agroindustrial de Anápolis, relatando um acidente recente causado por buracos na via e cobrando providências para que a situação fosse resolvida com urgência. - CABO FRED CAIXETA: Cumprimentou os presentes e agradeceu a Deus pelo novo ano legislativo e desejando sucesso à presidente da Câmara Municipal de Anápolis, Andrea

Rezende, ressaltando sua competência na condução dos trabalhos. Em seguida, relatou suas observações sobre a cidade, mencionando o agravamento de problemas urbanos, como buracos nas vias públicas, mato excessivo e acúmulo de lixo, especialmente no setor Jamil Miguel, que, segundo ele, estaria se tornando um lixão. Além disso, denunciou a precariedade da iluminação pública na Rua Nove, no setor Vila Goiás, onde, segundo ele, apenas um poste estaria funcionando corretamente, colocando em risco a segurança da população. Relatou, ainda, que no Feirão do bairro Lourdes fios energizados estariam expostos a poucos centímetros do chão, representando perigo para crianças. Questionou a falta de ações efetivas por parte da gestão municipal, argumentando que, embora sejam divulgados muitos vídeos institucionais, o trabalho concreto não estaria sendo realizado. Chamou a atenção para um buraco na avenida Radial, que, apesar de sua gravidade, permanecia apenas isolado sem solução definitiva. Concluiu sua fala cobrando ações urgentes da administração municipal e conclamando os demais parlamentares a intensificarem a fiscalização para garantir melhorias na infraestrutura e qualidade de vida da população anapolina. - JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes e disse que registrou a verificação in loco da distribuição do kit escolar nas unidades municipais de ensino em Anápolis, constatando que o material prometido pelo prefeito encontrava-se armazenado e sendo entregue, embora com dificuldades logísticas para atender as cento e sete unidades escolares. Destacou que o kit continha mais materiais do que a lista de insumos escolares solicitada pelos professores, mas com diferenças na composição dos itens, sugerindo a necessidade de um parecer da Secretaria de Educação para esclarecer essa divergência à população. Além disso, ressaltou a importância de sua participação em diversas comissões da Câmara, como as de Saúde, Direito do Consumidor, Esporte e Educação. Parabenizou o prefeito Márcio Correia pelo reajuste salarial concedido aos professores e pela manutenção do Imposto Predial e Territorial Urbano sem aumento. No entanto, apontou a necessidade de melhorias na logística de

atendimento ao público, mencionando longas filas para pagamento do imposto devido à escassez de funcionários. Sugeriu ao chefe do Executivo a ampliação do desconto para pagamento à vista do tributo, a fim de incentivar a quitação antecipada e evitar que contribuintes recorressem ao Programa de Recuperação Fiscal. Finalizando sua fala, reforçou a necessidade de celeridade na renovação do contrato da Maternidade Doutor Adalberto, ressaltando sua importância para a população e informando que destinara emenda impositiva à unidade, reforçando a solicitação de providências imediatas para assegurar a continuidade dos serviços. - DOMINGOS PAULA DE SOUZA: Cumprimentou os presentes e expressou preocupação com a situação da saúde pública no município, destacando que, nos últimos quarenta dias, houve um agravamento significativo. Mencionou a existência de estruturas hospitalares novas e subutilizadas, enquanto pacientes permaneciam em macas nos corredores da Unidade de Pronto Atendimento da Vila Esperança. Relatou conversas com vereadores sobre a maternidade local, que, apesar de modernizações e recursos provenientes de deputados e emendas parlamentares, teve um contrato suspenso pela gestão municipal. Enfatizou que a maternidade prestava um serviço essencial e atendia a população independentemente do horário. Recordou que, no final do ano anterior, a Câmara Municipal aprovou um fomento para a maternidade e a Santa Casa, com dezenove vereadores votando favoravelmente, e que o contrato em questão ainda estava sob análise. Criticou a atuação da secretária de saúde, alegando falta de iniciativa na resolução dos problemas e sugeriu que o legislativo antecipasse o repasse das emendas destinadas à maternidade para evitar a interrupção dos atendimentos. Defendeu que os vereadores da base governista deveriam dialogar diretamente com o prefeito e a secretária de saúde para solucionar a situação. Ressaltou que, no passado, ele próprio intermediara resoluções junto ao Executivo e que era fundamental que os representantes do poder público demonstrassem empenho em atender às necessidades da população. Destacou que a gestão da saúde estava em

declínio e que visitas noturnas a hospitais não resolviam os problemas estruturais do sistema. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes e informou que, desde março de dois mil e vinte e três, buscava esclarecimentos sobre o plano de macrodrenagem, apresentado em março de dois mil e vinte e quatro, mas que ainda não havia sido disponibilizado para análise. Ressaltou que, diante dessa situação, seria necessária a notificação da empresa responsável para garantir a transparência do processo. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas na iluminação pública e na manutenção urbana, enfatizando que tais problemas não eram recentes. Citou especificamente a Rua Nove, onde postes danificados aguardavam reparo há meses. Defendeu a necessidade de ações mais efetivas e mencionou mutirões realizados no início da atual gestão nos bairros Recanto do Sol e São Joaquim, com o objetivo de prevenir surtos de dengue e melhorar a zeladoria da cidade. Referiu-se ao processo de transição governamental, alegando que houve dificuldades no acesso a informações e que determinados aspectos da administração anterior não foram devidamente esclarecidos. Relatou casos em que foi necessário o uso de chaveiros para acessar documentos e instalações, evidenciando a falta de transparência na transição. No tocante à maternidade municipal, afirmou que todos reconhecem a importância da instituição e que recursos haviam sido destinados para seu funcionamento. Entretanto, destacou que diversas emendas impositivas não foram cumpridas na gestão anterior. Assegurou que na atual administração haveria um esforço para garantir que tais emendas fossem executadas dentro do exercício financeiro vigente. Sobre a área da saúde, destacou a reabertura do Hospital Municipal Alfredo Abraão, permitindo maior acesso a exames e atendimentos, especialmente para a população da região norte. Rebateu críticas a membros da atual administração, argumentando que a gestão anterior realizou múltiplas trocas na Secretaria de Saúde sem solucionar os problemas estruturais do setor. Defendeu que a nova gestão estava empenhada em ajustes contratuais e na melhoria dos serviços prestados. Concluiu afirmando que a situação da saúde pública era um

problema antigo e que a nova administração estava enfrentando os desafios com seriedade. Destacou a necessidade de revisão de contratos e mencionou que muitos deles haviam sido suspensos devido a questões financeiras. Reforçou a importância de garantir que os recursos orçamentários estivessem disponíveis para a efetiva execução dos serviços públicos. Expressou confiança na atuação do prefeito e na capacidade da gestão de promover melhorias na saúde e demais áreas essenciais da cidade. - JAKSON CHARLES: Cumprimentou os presentes e respondeu às declarações do vereador Domingos, argumentando que havia equívocos em suas colocações. Esclareceu que a questão da maternidade não se relacionava com as alegações feitas e que o cancelamento do contrato ocorreu em dezembro do ano anterior, não por incompetência da gestão atual, mas por irregularidades que a própria maternidade reconheceu. Destacou que os serviços prestados sem contrato nos meses de novembro, dezembro e janeiro seriam pagos de forma indenizatória, conforme as exigências legais. Informou que o novo contrato já havia sido elaborado, tramitando entre os órgãos competentes para sua finalização. Ressaltou a necessidade de acompanhar o processo para garantir a regularização dos pagamentos em fevereiro. Mencionou que o prefeito Márcio Corrêa determinou a publicação de nota técnica esclarecendo a situação e enfatizou a importância de buscar informações corretas antes de fazer críticas. Sobre a administração municipal, afirmou que era precipitado avaliá-la com apenas quarenta dias de mandato, destacando que adequações iniciais eram comuns para correção de erros anteriores. Defendeu as visitas noturnas do prefeito às unidades de saúde como uma prática inédita e necessária para conhecer a realidade local. Criticou a atual organização social que administra a UPA, classificando sua gestão como ineficaz e reforçando a necessidade de mudanças. Finalizou afirmando que a saúde sempre seria um desafio e que, apesar das dificuldades, já havia avanços, como a abertura do Hospital Municipal Alfredo Abraão para atendimento de traumas. Expressou confiança na gestão do prefeito Márcio Corrêa e reafirmou seu compromisso

com a cidade de Anápolis, destacando que o tempo demonstraria a efetividade das ações implementadas. - **ORDEM DO DIA:** Foi feita a verificação dos presentes e constatado o quórum suficiente. Houve votação de Projeto: EM PRIMEIRA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Lei Ordinária 37/2025**, de autoria do Prefeito. Atualiza o piso salarial e estabelece a data-base de reajuste para os Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis. Apresentado projeto substitutivo ao projeto original. Foi aprovado substitutivo por unanimidade dos presentes. - Usaram a palavra pela Ordem: Frederico Godoy, Divino Antônio Santa Cruz/Corinthians, Wederson Lopes, Domingos Paula de Souza, Seliane da SOS e Andreia Rezende. - Houve votação de Indicações e Requerimentos. - **COMUNICAÇÕES:** Usaram a palavra: Frederico Godoy, Divino Antônio Santa Cruz/Corinthians e Rimet Jules. Sem mais nada a se tratar, a senhora presidente declarou encerrada a Sessão e convocou outra para o dia onze (11) de fevereiro, em horário regimental. - Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio e vídeo dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora dessa Casa de Leis.**********

Andreia Rezende **Presidente**	Jean Carlos **Primeiro Secretário**	José Fernandes **Vice- Presidente**
Professor Marcos **Segundo Secretário**	Ananias Júnior **Terceiro Secretário**	Reamilton do Autismo **Quarto Secretário**